

Relatório da Intervenção reconhece ‘déficit crônico’ no sistema e diz que contrato precisa ser reestruturado

Documento apresentado, sem o direito ao contraditório, acaba por confirmar os alertas do Consórcio sobre os severos problemas econômico-financeiros da concessão; relatório reconhece aportes extraordinários dos acionistas das concessionárias para manter a operação da frota

Campo Grande, 23 de setembro de 2026 – O Consórcio Guaicurus lamenta a postura da Prefeitura de Campo Grande e da Comissão Interventora ao divulgar o relatório preliminar sobre a situação do Sistema de Transporte Público à imprensa sem permitir previamente o direito das empresas ao contraditório, conforme determina o princípio da ampla defesa. A despeito disso, a decisão de torná-lo público não afastou a constatação fática trazida pelo documento de um “déficit crônico” na operação, situação sobre a qual o Consórcio tem alertado as autoridades há anos.

Tal diagnóstico mostra-se relevante sobretudo pelas razões que lhe deram causa: a omissão da Prefeitura de Campo Grande em não realizar as obrigatórias revisões tarifárias de 2019 e 2026 e, adicionalmente, os atrasos e o não pagamento integral do subsídio tarifário.

No documento oficial, a própria equipe de Intervenção reconhece explicitamente que os elementos relativos à equação econômico-financeira apontam para a necessidade de uma “reestruturação substancial do Contrato de Concessão nº 330/2012”. O relatório preliminar da Intervenção no sistema de transporte público de Campo Grande traz, ainda, apontamentos que reforçam a urgência de medidas estruturais para garantir a sustentabilidade do serviço público de transporte.

A análise técnica do documento evidencia que a manutenção da continuidade e da regularidade do atendimento passa por revisões de custeio, apontando diretamente para o reconhecimento da necessidade de novos alinhamentos e ajustes na tarifa atual do sistema. Isso porque a estrutura original foi alterada ao longo dos anos para instituir, inclusive, tarifas de remuneração distintas da tarifa pública — item criado a partir do Termo Aditivo nº 4, de 2022, o qual jamais foi cumprido integralmente pelo Poder Concedente.

O tema é abordado no documento no capítulo que trata do fluxo de caixa e das despesas correntes, momento em que o “déficit crônico” é mencionado no relatório. “A análise da rotina financeira revelou um quadro de ‘déficit operacional crônico’, em que as receitas tarifárias eram insuficientes para suportar as despesas operacionais correntes da concessão”, relata o texto. Neste contexto, a concessão tinha severa “dependência de aportes” externos, recursos que eram trazidos “pelas próprias consorciadas” a fim de “garantir a manutenção das atividades”, conforme aponta o próprio relatório, de maneira a evidenciar o desequilíbrio e o esforço das concessionárias em manter o serviço apesar dos problemas financeiros.

Dessa forma, o histórico e as diretrizes do documento destacam, de forma inequívoca, os esforços e as ações das empresas do Consórcio com o objetivo de otimizar custos operacionais em cenários de alta pressão financeira. Entre as medidas citadas de eficiência administrativa e mitigação de despesas, menciona-se a adoção de estratégias como a contratação do autosseguro, implementada com a finalidade de cobrir indenizações ou reparos de forma direta, funcionando como uma importante ferramenta de redução dos custos globais da operação.

O relatório escrito pelos interventores traz uma seção dedicada ao tema: “Seguros Obrigatórios, Gestão de Riscos e Garantias Contratuais”. Neste ponto, os interventores reconhecem que quaisquer gestores de grandes frotas “adotam estruturas de proteção alternativas, como o autosseguro e as retenções de risco, em conformidade com práticas de mercado”, sem que isso tenha representado prejuízo para a população de Campo Grande.

Em relação à venda das garagens, o Consórcio reafirma que se trata de uma operação regular e privada, já que o ativo, conforme estabelece a própria lei municipal, não se trata de bem reversível, ou seja, de livre disponibilidade das empresas consorciadas.

O Consórcio segue empenhado em buscar soluções para o Sistema de Transporte Público de Campo Grande e reforça seu compromisso em trabalhar junto ao Poder Concedente na construção de soluções consensuais que restabeleçam o equilíbrio econômico, prezando sempre pela qualidade e segurança do transporte oferecido aos usuários da Capital.